



OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO GARIMPO ILEGAL NA TERRA INDÍGENA KAYAPÓ

Alberto Amaral¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida no MPEG, que objetiva compreender os impactos socioambientais gerados pela atividade ilegal do garimpo na terra indígena Kayapó (TIK), situada na região sudeste do Estado do Pará. A partir do levantamento bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa e enfoque histórico e socioantropológico, no qual buscamos compreender como o discurso do desenvolvimento e do progresso, atrelado em uma lógica colonial, contribui para o avanço do garimpo ilegal nas terras indígenas, em especial a TIK, considerando a inoperância do Estado, no qual contribui para essa atividade ilegal. Nesse sentido, a colonização não se configura apenas como investida do passado, pois se atualiza no tempo pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) levada a cabo pelas designações do sistema moderno/colonial, que age nos diversos aspectos da vida social, envolvendo as relações de poder nas suas múltiplas dimensões.

Palavras-chave: Garimpo; Desenvolvimento; Mebêngôkre-Kayapó.

ABSTRACT

This paper presents the results of research developed at MPEG, which aims to understand the social and environmental impacts generated by the illegal mining activity in the Kayapó indigenous land (TIK), located in the southeastern region of the State of Pará. Based on a bibliographic and documental survey, with a qualitative approach and a historical and socioanthropological focus, we seek to understand how the discourse of development and progress, linked to a colonial logic, contributes to the advance of illegal mining in indigenous lands, especially the TIK, considering the ineffectiveness of the State, which contributes to this illegal activity. In this sense, the colonization is not configured only as an onslaught of the past, as it is updated in time by the coloniality of power (QUIJANO, 2005) carried out by the designations of the modern/colonial system, which acts in the various aspects of social life, involving the power relations in its multiple dimensions.

Keywords: Mining; Development; Mebêngôkre-Kayapó.

¹ Universidade Estácio/Museu Paraense Emílio Goeldi; Graduando em Sociologia; albertoamaral@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa que desenvolvemos no Museu Paraense Emílio Goeldi entre 2021-2022 com financiamento da bolsa PIBIC/CNPq. No qual buscamos compreender os impactos do Garimpo ilegal na Terra Indígena Kayapó (TIK).

Trata-se de analisar os impactos socioambientais que estão diretamente ligadas à destruição da floresta amazônica, uma vez que, os danos socioambientais ocasionado pelo garimpo ilegal têm proporcionado fortes mudanças na geografia territorial e humana do povo indígena Mebêngôke-Kayapó que vive na TI Kayapó.

O ponto de partida metodológico deste trabalho se concentrou no levantamento bibliográfico de trabalhos acadêmicos, documentos, relatórios, peças jurídicas, matérias jornalísticas, entre outros, que apontassem sobre impacto do garimpo na Amazônia e o avanço do garimpo ilegal na TI Kayapó, com o intuito de compreender como essa prática tem contribuído para o desmatamento Amazônia e analisar como esse assunto vem sendo abordado pela literatura e a informação que já existente. O acesso aos arquivos me possibilitou encontrar fontes com base nas quais tentei fazer análises críticas em torno da problemática da pesquisa. É, também, uma pesquisa qualitativa, pois “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social”. (MINAYO & GOMES, 2005, p. 21) Ou, nas palavras de Malinowski “(...) todo empenho é investido para que o corpo e o sangue da vida real componham o esqueleto das construções abstratas”.

Diante desses fatos, o objetivo central desse trabalho buscar compreender como o garimpo ilegal tem gerado impactos socioambientais ao longo dos anos em decorrência do garimpo ilegal na terra indígena Kayapó.

PROMOÇÃO



APOIO





2 ÁREA DE ESTUDO: A Terra Indígena Kayapó

Gostaríamos de iniciar esse trabalho apresentando nossa área de estudo - A Terra Indígena Kayapó (TIK) que foi homologada e registrada na Secretária de Patrimônio da União pelo decreto 316 de 30/10/1991, estando situada no Estado do Pará, abrangendo os municípios de Bannach, Cumaru do Norte, São Felix do Xingu e Ourilândia do Norte.

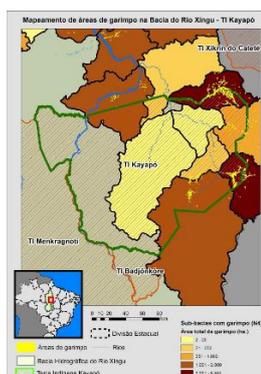


FIGURA 1: Terra Indígena Kayapó

FONTE: Dossiê. Xingu Vivo - 2021

O povo Mebengokré/Kayapó está ligado historicamente e cosmologicamente aos Kayapó setentrionais. Segundo Turner (IDEM, 1992:313), um mito de origem explica que todos os ancestrais morariam juntos numa região “entre águas”, o que também reforça a argumentação a partir da relação com a etimologia da palavra Mebengokré, que tem significado relacionado à sua cosmologia e origem, como sendo o “povo do buraco d’água” (LEA, 2012), ou a “gente do espaço dentro das ou entre águas” (TURNER, 1992). Segundo o pensamento Kayapó, o grupo descobriu uma árvore às margens do rio Tocantins, que produzia espigas de milho. Ela foi derrubada pelos guerreiros e à medida que o povo ia recolhendo as muitas espigas para cultivá-las, passavam a falar línguas diferentes, pois as espigas eram distintas e determinavam a diversidade de línguas. Assim teria sido a origem dos grupos que se separaram formando os Jê atuais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Somente na década de 1960 houve a produção mais densa de pesquisas sobre o povo Kayapó, a partir do *Harvard Central Brazil Project*-HCBP, uma iniciativa que reuniu diversos pesquisadores brasileiros e americanos a fim de registrar informações sobre os povos indígenas macro-jê do Brasil Central (INGLEZ DE SOUSA, 2000). Estas pesquisas influenciaram a maior parte das produções científicas sobre os povos deste tronco nas décadas seguintes, visto que focalizaram as estruturas clássicas de constituição de cada grupo. A partir de então, pesquisadores importantes como Terence Turner (1966, 1987, 1991, 1992), Joan Bambenger (1967, 1979), Simone Dreyfus (1963), Lux Vidal (1977), Darrel Posey (1979 e 1987) e Vanessa Lea (1986, 1992, 2012) produziram trabalhos muito relevantes para se conhecer os Mebengokré/Kayapó. Mais recentemente, há produções em diversas áreas, como nos trabalhos de Cassio Inglez de Sousa (2000), Clarice Cohn (2006), Adriano Jerozolinsk (2005), Sol Elizabeth González Pérez (2016), Andres Pablo Salanova (2001), Andre Demarcchi (2014), Claudia López Garcés (2012 até os dias atuais), Pascale De Robert (1990), Pedro Glécio (2016) entre outros.

Nesse sentido gostaria de destacar duas questões para pensarmos a importância das pesquisas em torno do Povo Mebêngôkre-Kayapó: A primeira que desde o século XX o Museu Paraense Emílio Goeldi está envolvido com as pesquisas em torno do povo Mebêngôkre-Kayapó; conforme nos aponta (SANJAD; GARCÉS; COELHO; SANTOS E DE ROBERT, 2022)

A relação do Museu Goeldi com o povo Mebêngôkre principiou no início do século XX em uma perspectiva notadamente salvacionista e colonialista. Nessa ocasião, o museu integrou-se, por intermédio de seu diretor, Emílio Goeldi (1859- 1917), ao movimento de apoio aos missionários dominicanos que atuavam no rio Araguaia, na fronteira entre os estados do Pará e de Goiás. O aldeamento e a catequização dos povos indígenas que viviam nessa região eram de particular interesse para o governo do Pará, de maneira que as terras ocupadas pelos indígenas fossem liberadas para projetos de colonização e a navegação do rio se tornasse mais segura para os colonos. (SANJAD; GARCÉS; COELHO; SANTOS E DE ROBERT, 2022. p. 6)

A questão é que apesar da vasta pesquisa sobre a etnia, existem poucas ou nenhuma poucas pesquisas sobre a questão do Garimpo Ilegal, conforme pode ser

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



conferido na pesquisa que desenvolvemos no âmbito do PIBIC-MPEG – 2021-2022 (Amaral, 2022) onde pode ser observado que uma das principais razões dos impactos socioambientais nas terras indígenas do Povo Mebêngôkre-Kayapó são oriundas do garimpo ilegal, do mesmo modo quase não encontramos literatura que aponte o impacto da contaminação mercurial em solos Kayapó. Por essas razões que desde 2021, tenho me dedicado à essa problemática de pesquisa, pois compreendo que esse gesto é também um gesto político.

2.1 O AVANÇO DO GARIMPO ILEGAL NA TERRA INDÍGENA KAYAPÓ

A contribuição dos povos e territórios indígenas na defesa da soberania nacional, na preservação do meio ambiente, dos bens naturais, das florestas, das águas, da biodiversidade e do equilíbrio climático, como comprovou o Relatório da Word Resources Institute (WRI, 2016) segue rigorosamente ignorada por seguidos governos, desde os mais “à direita” aos “mais a esquerda”.

O tema da mineração e do garimpo ilegal em Terras Indígenas (TIs) ganhou destaque social e político no Brasil especialmente após a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018, pelos ataques promovidos aos povos indígenas do país e, de maneira mais intensa, aos povos indígenas da Amazônia. Bolsonaro se mostrou favorável a liberação das atividades em TIs e buscou incentivar o garimpo na Amazônia. Seu governo chegou a enviar para o Congresso Nacional o Projeto de Lei 191/2020, que regulamenta a atividade mineral em terras indígenas.

Como podemos notar, existe um avanço exponencial do garimpo nas terras indígenas ao longo dos anos. Além dos dados do MapBiomias que fez esse mapeamento ao logo dos 36 anos (1985 a 2020), no gráfico 1, os dados do INPE nos mostram esse crescimento deste 2001 até 2019.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



GRAFICO 1. Apresenta o avanço do desmatamento em Terras Indígenas na Amazônia

Fonte: Instituto Nacional de pesquisas Espaciais (INPE) / Organização: Instituto Socioambiental (ISA)

O Garimpo Ilegal na Terra Indígena Kayapó, tem ocasionado grandes impactos na Região Amazônica, conforme nos aponta o relatório de 2020 do Instituto Igarapé:

A Amazônia brasileira é cheia de operações ilegais de mineração de ouro, com 321 minas ilegais, ativas e inativas, identificadas nos nove estados que formam a Bacia Amazônica brasileira.² Tal situação tem um impacto direto sobre as taxas de desmatamento e os riscos à saúde das populações indígenas. O desmatamento da Amazônia aumentou 25% no primeiro semestre de 2020, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A contribuição da atividade mineradora para as taxas de desmatamento aumentou de 4%, em 2017, para 23%, em territórios indígenas, de acordo com dados registrados até 10 de junho de 2020. O desmatamento se concentrou em territórios indígenas onde, entre 2018 e 2019, a degradação ambiental causada pela mineração aumentou 107%. A devastação tem seu preço: de acordo com o Ministério Público Federal, 1 kg de ouro representa cerca de R\$ 1,7 milhão em danos ambientais, culminando em um custo ambiental cerca de 10 vezes maior que o preço real do ouro. (RISSO; SEKULA; BRASIL; SCHIMIDT; PESSOA, 2021.p. 03)

De acordo com o Mapa de Conflitos da Fiocruz, a Terra Indígena Kayapó tem sofrido com as atividades ilegais de garimpo há pelo menos 40 anos. Nesse sentido, o nosso enfoque, é verificar como o garimpo tem avançado ao longo do século XXI, visto que essa atividade tem atingido bastante a vida dos indígenas nesse território (MAPA DE CONFLITOS, FIOCRUZ, 2022). A atividade garimpeira se intensifica nos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



anos 80 na TI Kayapó, “no leito do rio Arraias, um tributário do rio Fresco”, se prolongando até meados dos anos 90:

Nesta mesma época surgiu outro foco de atividade garimpeira a montante da aldeia Gorotire, no rio Fresco, um dos principais tributários do Xingu próximo à cidade de São Félix do Xingu. Em 2014, uma nova frente garimpeira começou a operar na região do rio Branco, no limite nordeste da TI Kayapó. A atividade iniciou de forma incipiente e acelerou a partir de 2015, promovendo danos extensos e irreparáveis à calha do rio Branco e às populações das aldeias próximas aos garimpos. A partir de 2018, a atividade garimpeira ali começou a declinar, mas migrou novamente para os rios Arraias e Fresco, atualmente em rápida expansão. Em apenas quatro anos, entre julho de 2015 e julho de 2019, 5.713 hectares já foram destruídos pela atividade garimpeira que se aproxima cada vez mais das aldeias, colocando a saúde dos indígenas em risco e provocando conflitos associados à repartição inadequada dos benefícios gerados, à promoção da prostituição, assim como à violência causada pela facilidade de acesso a bebidas alcoólicas e outras drogas. Este número é maior do que o dobro de todo o desmatamento ocorrido na TI Kayapó desde a década de 1980 até junho de 2015. Em 2020, apenas nos cinco primeiros meses do ano, já foram desmatados 684 hectares - 182 ha só em maio. (DOSSIE – GARIMPO NO XINGU, 2021, p. 05).

Para que possamos compreender visualmente esse avanço do garimpo, as Figuras 03 e 04 e 05 nos mostra como o garimpo tem avançado na TI Kayapó:



PROMOÇÃO



APOIO



Figura 03 Cor da água do Rio da Ponte e Rio Fresco sendo indicativo de particulados provenientes da lavagem de material (solos) em atividade garimpeira na TI Kayapó.

Fonte: Mural Interdisciplinar

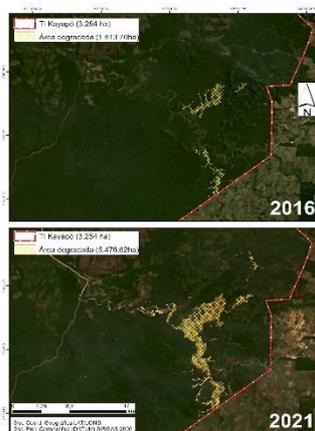


Figura 04. Análise temporal por imagem de satélite (mosaico) Planet referente à degradação do solo por atividade garimpeira na Terra Indígena Kayapó, no município de Cumaru do Norte, Pará, Brasil.

Fonte: Mural Interdisciplinar

A partir das imagens e gráfico acima, percebemos o quanto a atividade garimpeira é perversa no processo de “ursurpação” e violento nas transações garimpeiras em terras indígenas. O avanço do Garimpo na TI Kayapó só nos mostra a triste realidade que os povos indígenas tem enfrentado ao longo dos anos “dentro desse modelo mineral brasileiro, alguns inclusive já possuem investigações e monitoramento sistemático como os estudos desenvolvidos pelas organizações indígenas e o Instituto Socioambiental (ISA).” (WANDERLEY, 2021. p. 12)



Gráfico 2: Desmatamento provocado por garimpo na TI Kayapó entre 1980 -2019

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Fonte: Dossie Garimpo no Xingu

A partir das análises das fontes, observamos que hoje existem cerca de 110 conflitos ambientais envolvendo mineração e garimpo conforme nos mostra o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2019), Apesar das limitações legais, os povos indígenas estão envolvidos em 36 casos, seja porque foram afetados indiretamente por acidentes ambientais e outras consequências das atividades de mineração, seja porque seus territórios foram invadidos por garimpos ilegais como é o caso da TI Kayapó. O garimpo não afeta apenas os territórios indígenas através dos impactos diretos relacionados à perda do território, o desmatamento, a poluição dos rios, a diminuição das terras agricultáveis ou pela redução na variedade e disponibilidade de caça e outros frutos da floresta, dos campos e das águas, questões importantes para a sua alimentação e saúde.

Vale ressaltar que hoje o povo Kayapó:

representado por 56 comunidades, denominou esse tipo de violência como parte do caminho “do dinheiro fácil e rápido, que destrói nossos territórios e recursos naturais, traz brigas, envenena nossos rios e comunidades e condena as presentes e futuras gerações a uma vida cada vez pior e mais dependente dos Kuben (não indígenas)” (ASSOCIAÇÃO FLORESTA PROTEGIDA; INSTITUTO RAONI; KABU, 2020). Em 2020, conforme dados da Rede Xingu+, foram abertos 562 hectares vinculadas ao garimpo na Bacia do Xingu entre os meses de abril e maio, somados aos 86 hectares desmatados pela atividade entre janeiro e março do mesmo ano na TI Kayapó (REDE XINGU+, 2020)

Nesse sentido ressaltamos que entre 2017 e 2020, várias ações dos órgãos de fiscalização composta pelo Ibama, Polícia Federal e em algumas ocasiões a Polícia Militar e o Exército, “deflagaram” diversas operações contra o garimpo ilegal na TI Kayapó (CIMI, 2017, 2018, 2019). Entre essas ações destacamos a queima de balsas, maquinários e outros equipamentos, apreensão de retroescavadeiras e combustível, além de detenções de garimpeiros. Lembrando que o objetivo dessas ações é a desestruturação da logística do garimpo e a desarticulação da venda ilícita do ouro, pedras preciosas e mercúrio na região, no país e em nível internacional. De acordo com o relatório do Cimi de 2016:

Conforme estimativas da Funai são extraídos 20 kg de ouro por semana do local. Os danos ambientais causados pela atividade clandestina ocorrem,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



entre outros, no desvio do curso de rios, no desmonte hidráulico, no aterramento de rios e na contaminação do solo, do ar e das águas através dos metais pesados, principalmente o mercúrio. Vegetações estão sendo extintas e animais fogem ou morrem por causada contaminação causada. A Polícia Federal deflagrou a Operação Muiraquitã, quando deram cumprimento a mandados de prisão e de busca e apreensão. (CIMI, 2016.p. 73)

Segundo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (**DETER**) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) entre 2018 e 2019 houve um crescimento de 118% da área de floresta destruída na Terra Indígena Kayapó. Sendo o garimpo a principal fonte da degradação ambiental: em 2019 dos 1.926 hectares de desmatamento registrados na TIK, 71% haviam sido causados por atividades de mineração ilegal. **Dos 197 hectares de degradação registrados nos primeiros meses de 2020, 90% foi devido a esse tipo de atividade.** O aumento das áreas de garimpo tem força na elevação do preço do ouro no mercado e na falta de ações continuadas de fiscalização.

Nesse aspecto, destacamos que as últimas apurações da investigação da Polícia Federal sobre o a extração ilegal de ouro da TIK vendida para uma “gigante italiana que fatura 18 bilhões de reais” e este ouro é comercializado para multinacionais como Amazon, Google, Microsoft e Apple:

O ouro extraído ilegalmente nos garimpos da Terra Indígena Kayapó, alimentou a produção de um dos maiores líderes de metais preciosos da Europa. Trata-se de um grupo italiano especializado em refinar o minério para a confecção de joias, como alianças de casamentos, e para a formação de barras de ouro que são guardados em cofres de bancos suíços, ingleses ou americanos. A compradora estrangeira deste metal de áreas proibidas da Amazônia – ‘legalizado’ por meio de fraude antes de ir para o exterior - -e a Chimet SPA recuperadora e Beneficiadora de metais, da Metalúrgica Toscana, uma gigante do setor que ocupa a posição 44 entre as empresas que mais faturam na Itália. (...) Para chegar ao nome da refinadora italiana, a Polícia Federal investigou uma complexa organização criminosa do garimpo ilegal, formada por dezenas de personagem que atuam no sul do Pará e que mantêm conexões com empresas sediadas em São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro – que por sua vez ‘lavam’ (legalizam por meio de fraude) e exportam o metal. (REPORTER BRASIL, 2022)

Nessa mesma investigação a Polícia Federal mostra como a empresa brasileira CNH é parceira da gigante Italiana “em uma relação de décadas”. A CNH comprou a Cooperouri (Cooperativa de Garimpeiros e Mineradores de Ourilândia e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Região) que segundo investigações da Operação “Terra Desolata” nos mostra que que a empresa brasileira comprava o ouro d TIK para então revender para a Empresa Italiana deixando rastro de ilegalidade no processo de compra e venda deste minério, evidenciando a fragilidade da Agência Nacional de mineração (ANM) e demais órgão – “As notas fiscais que declaram a origem do minério são em papel, preenchidas pelo vendedor, que facilmente pode mentir sobre o local de onde foi extraído o metal”. (REPORTER BRASIL, 2022)

Por essas razões que a lógica do colonizador e colonizado ainda se faz presente nessa relação, e o governo brasileiro deixa essa questão em bastante evidência do mesmo modo que o garimpo ilegal, apresentado suas relações de micro-poder (garimpeiro-povos indígenas) como nas macro-poder (Estado nacional-Povos Indígenas), anulando qualquer forma de diversidade e pluralidade legal reconhecida pelo Estado e ampliando assim a marginalização e invisibilidade social dessas comunidades.

Assim sendo, vale ressaltar que esses mecanismos de definição de riscos e do vazio, que demarcam a excepcionalidade da Amazônia e relação ao Brasil, podem ser lidos como uma maneira de distribuição espacial de práticas de violência do Estado.

3 CONCLUSÃO

No presente trabalho, buscamos apresentar como os impactos socioambientais têm impactados a sociabilidade do Mebengôkre-Kayapó que vive na Terra Indígena Kayapó, apresentamos como esses impactos na natureza em especial nas terras indígenas, tem resultados no enorme desmatamento do bioma amazônico. No entanto, sendo o nosso objetivo central compreender como o garimpo ilegal tem avançado ao longo dos anos na Terra Indígena Kayapó, avançamos na análise desse processo no século XXI.

Com base nas fontes consultadas ao longo dessa pesquisa histórico-antropológica, apresentamos como o avanço do garimpo ilegal tem se consolidado

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



na TI Kayapó desde os anos 80 até os dias atuais, inclusive mostrando que nenhuma das ações do poder público tem sido o suficiente para impedir essa ação predatória, de violência e destruição, em nome de um capitalismo nefasto que inclusive pode aniquilar os seres humanos os Mebegôkre-Kayapó dizem não ao garimpo ilegal:

Queremos as nossas terras conservadas e protegidas, sem garimpo, sem invasões nem grilagem, sem atividades produtivas poluidoras e predatórias. O poder público deve fiscalizar as nossas terras, para garantir a sua integridade e nos proteger das ameaças. Queremos nossas atividades produtivas sustentáveis valorizadas e promovidas. (Manifesto Menbêngôkre-Kayapó na luta pela terra, 2021. p. 02)

Nas veredas da escrita deste trabalho, que também vejo como um manifesto de denúncia em defesa da TI Kayapó, observamos o enorme esforço de investigações e monitoramento sistemático, bem como estudos desenvolvidos por acadêmicos e organizações indígenas, assim como organizações não governamentais que buscam analisar o avanço da atividade ilegal do garimpo em terras indígenas. No entanto, percebemos o quanto ainda se carece de material sobre a questão abordada nessa pesquisa, tendo em vista que o avanço do garimpo na TIK, assim como em outras TIs, teve um aumento significativo nos últimos anos.

Percebemos que no decorrer da história a política integracionista, orientada para levar executar o etnocídio dos povos indígenas, principalmente com o avanço do garimpo ilegal em terras indígenas, provoca a exclusão social além do preconceito velado representado na invisibilidade social e, principalmente, com o descaso e abandono estatal.

Essa hostilidade contra os povos indígenas é fortemente marcada pelo histórico de dominação colonial, exclusão jurídica, política e econômica. De forma que a “criminalização dos povos indígenas possibilita, cada vez mais, a concretização do ideal integracionista ainda vigente na legislação indigenista ordinária a partir do princípio da igualdade” (MOREIRA, 2015, p. 76). A constituição e o quadro jurídico fundamental do país constituem uma base impressionante de proteção aos direitos fundamentais e humanos, no entanto, o Estado não tem respeitado estes direitos como se deferia, afinal, o que estamos presenciando ao longo dos anos é um verdadeiro genocídio contra os povos indígenas e o garimpo ilegal tem uma

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

considerável parcela nesse processo. Assim, podemos constatar que esses problemas gerados contra os povos indígenas que foram apresentados ao longo desta pesquisa é uma consequência do colonialismo que ainda vigora na organização do Estado brasileiro, uma vez que esse sistema admite que as diferenças culturais e de formação social não sejam valorizadas e que apenas os padrões de comportamentos reconhecidos pelo Estado, composto de não indígenas, e possam ter seus direitos e garantias assegurados por esse, ou seja, é um sistema que preserva privilégios, que exclui os grupos e indivíduos que não se enquadram no padrão da suposta superioridade racial, entre eles indígenas e negros.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Alberto. **O avanço dos Garimpos Ilegais na Terra Indígena Kayapó**. Uma análise histórico-crítica desse conflito – 2000 a 2020. Relatório final do Pibic 2021-2022. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém. 2022.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2016**. Brasília 2016. Disponível https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contr-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf. Acesso em 12 jan. 2022

_____. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2020**. Brasília 2020. Disponível <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso 12 jan. 2022

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**, São Paulo: Perspectiva, 1978.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. COORDENAÇÃO GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA E DEMAIS BIOMAS. **Desmatamento – Amazônia Legal**. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads>. Acesso em: 20 dez. 2021.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Ouro Ilegal que mina florestas e vidas na Amazônia**: Uma visão geral da mineração irregular e seus impactos nas populações indígenas. 2021. Disponível https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2021/05/AE-53_O-ouro-ilegal.pdf. Acessado 12 fev. 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



INGREZ DE SOUZA, C. N. **Vantagens, vícios e desafios. Os Kayapó Gorotire em tempos de desenvolvimento.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LEA, VANESSA. **Riquezas Intangíveis de Pessoas Partíveis: Os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central.** São Paulo: Edusp e Fapesp, 2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. (Org.) **Povos Indígenas no Brasil,** 1996/2000. São Paulo: ISA, 2005

KAYAPÓ – **Manifesto Kayapó contra o Garimpo.** Out. de 2020. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/manifesto_kayapo_contra_garimpo_.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

KRENAK, A. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomass – **Mapeamento da superfície de mineração industrial e garimpo no Brasil - Coleção 6.** Disponível https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_1.pdf. Acessado 10 jan. 2022.

_____. **Brasil 1985-2020: A Expansão da Mineração e do Garimpo no Brasil nos últimos 36 anos. 2021.** Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=0LEwXnGNf6c&t=43s>. acessado 11 ago.2021.

MAPA DE CONFLITO: **Território Kayapó sofre com expressivo processo de contaminação, desmatamento, destruição e garimpo ilegal.** Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2018. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-territorio-kayapo-sofre-com-expressivo-processo-de-contaminacao-desmatamento-destruicao-e-garimpo-ilegal/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MINAYO, Maria Cecília (org). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade** Ed Vozes. Petrópolis -RJ. 1997.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Mineração Ilegal de Ouro Na Amazonia: Marcos Jurídicos e Questões Controversas.** Brasília: MPF, 2020a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/204922>. Acesso em: 8 jan. 2022.

MOREIRA, R. Geografia, Ecologia, Ideologia: a ‘totalidade homem-meio’ hoje (espaço e processo de trabalho). In: MOREIRA, Ruy. Geografia: teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1992.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



MURAL INTERDISCIPLINAR. **Garimpo na Terra indígena Kayapó.** 2021. Disponível em https://muralinterdisciplinar.blogspot.com/2021/10/garimpo-na-terra-indigenkayapo.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+MuralInterdisciplinarProfRaphaelMaiaAveiroCessa+%28MURAL+INTERDISCIPLINAR++Prof.+Raphael+Maia+Aveiro+Cessa%29. Acesso em 12 nov. 2021.

RIBEIRO, M. B. N. & INGLEZ DE SOUZA, C. N. 2013. **Diagnóstico da qualidade de vida do Povo Kayapó**, in Diagnóstico da qualidade de vida e da integridade dos territórios do Povo Kayapó. Coordenado por A. Villas Boas. São Paulo: Funbio/Instituto Socioambiental. 2013

REDE XINGU+. **Dossiê: Garimpo no Xingu.** [S.I.]. 2020. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/dossie_garimpo_no_xingu_6.pdf. Acesso em: 6 nov. 2021.

REPORTER BRASIL. **Apple, Google, Microsoft e Amazon usaram ouro ilegal de terras indígenas brasileiras.** 2022. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/exclusivo-apple-google-microsoft-e-amazon-usaram-ouro-ilegal-de-terras-indigenas-brasileiras/>. Acesso em 26 de jul de 2022.

SANJAD, N., LÓPEZ-GARCÉS, C. L., COELHO, M. C., SANTOS, R. A., & DE ROBERT, P. (2022). **Para além do colonialismo: a sinuosa confluência entre o Museu Goeldi e os Mebêngôkre.** *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 30, 1-36. <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30d1e30>

TURNER, Terence. **Os Mebengokre Kayapó: História e Mudança Social.** De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In História dos Índios do Brasil. Editado por M. Carneiro da Cunha (Org), pp. 311-338. São Paulo: Ed. Schawarcz Ltda, 1992.

WANDERLEY, L.; GONÇALVES, R.; MILANEZ, B. **O Interesse é no Minério: O neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro.** Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 549 - 593, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

